

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 24-5-2018.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, a Presidenta concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Everton de Moraes Gimenis, Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, que se pronunciou acerca de defesa do Banrisul público. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna, Cassiá Carpes e Adeli Sell manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se André Carús. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e nove minutos às quatorze horas e cinquenta e um minutos. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Airto Ferronato, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia vinte e três de maio do corrente. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Adeli Sell, Dr. Thiago, André Carús, Sofia Cavedon, Reginaldo Pujol, Cassio Trogildo e Cassiá Carpes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Melchionna, Felipe Camozzato, Ricardo Gomes, Adeli Sell, Sofia Cavedon e Cassio Trogildo. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Lourdes Sprenger, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Durante a Sessão, Sofia Cavedon manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e vinte e três minutos, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mônica Leal e Lourdes Sprenger e secretariados por Paulinho Motorista. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Bancários de

Porto Alegre e Região – Sindbancários, que tratará de assunto relativo à defesa do Banrisul público. O Sr. Everton de Moraes Gimenis, Presidente do Sindicato, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. EVERTON DE MORAIS GIMENIS: Obrigado, Presidente Mônica Leal; Vereadores e Vereadoras; quero saudar a todos em nome do Sindbancários. Agradecer, mais uma vez, este espaço para falarmos de um tema tão importante como é o Banrisul, o Banco do nosso Estado. Quero agradecer a Ver.^a Sofia Cavedon, que foi quem propôs esta Tribuna Popular. Já viemos aqui em outro momento, no ano passado, para fazermos a mesma coisa: defender o Banrisul. Infelizmente, temos que voltar a esta Casa – e, felizmente, por ser a Casa do Povo de Porto Alegre – para fazer mais denúncias, além das que estão sendo feitas sobre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Somos favoráveis ao Banrisul público, porque achamos que este banco é uma ferramenta de desenvolvimento do nosso Estado muito importante. O Banrisul é um banco público, é o maior banco do Estado e, no mínimo, em 97 cidades do Estado, só tem ele como banco. A maioria dos pequenos correntistas tem conta no Banrisul, além do fato de financiar a pequena agricultura, os pequenos empresários e as comunidades do Rio Grande do Sul. Mas, infelizmente, desde o início do Governo Sartori, o Banrisul, assim como a CEEE, a Corsan, a CRM, a Sulgás e as fundações estão sofrendo um profundo ataque do Governo Sartori, com a tentativa de entregar o patrimônio público. No caso do Banrisul, sabemos que a dificuldade de o Governo privatizá-lo é muito grande, primeiro, porque o Banrisul está incluído naquela PEC que proíbe que o Governo abra mão de ficar com pelo menos 51% do controle acionário do banco. Isso, de fato, dificulta para o Governo a privatização total do Banrisul. Eles tentaram tirar essa exigência do plebiscito na Assembleia e não conseguiram maioria, e, mesmo se tivesse o plebiscito, o Governo sempre disse que o Banrisul não estava na lista porque sabe que a população gaúcha, hoje, seria contrária à privatização do Banrisul, porque entende a importância que ele tem. E também, na década de 1990, com a privatização da CRT e com parte da CEEE, não resolvemos nenhum problema, pelo contrário, aprofundamos os problemas do Rio Grande do Sul e continuamos endividados. Portanto, quanto a esse debate na sociedade, nós tínhamos uma tranquilidade, só que o que o Governo vem fazendo agora – vocês devem estar acompanhando pelos jornais, pela imprensa e pelas denúncias que, inclusive, o Sindbancários e Fetrafi, a nossa federação, vem fazendo –, na impossibilidade de entregar, privatizar totalmente o Banrisul, é fatiar o banco, fazendo uma privatização disfarçada, privatizando aos poucos e vendendo as ações do banco a preço de banana. Isso não é só nós que dissemos, até os analistas do mercado financeiro, inclusive representantes do mercado financeiro, estão dizendo na imprensa que o que aconteceu com a venda das ações do Banrisul é vergonhoso e é, no mínimo, nebuloso e cheio de irregularidades.

Então eu vou passar aos fatos, o que vem acontecendo nesse período: primeiro, lá em 4 de outubro de 2017, o Estado anuncia, através de um fato relevante

para o mercado, que iria vender o resto das ações preferenciais que o Estado detinha do Banrisul e o montante de ações ordinárias, até permanecer simplesmente com o controle acionário do Banrisul. Isso nós já fomos totalmente contra, porque significaria que o Banrisul ia ser somente uma casca, porque o Estado, ficando só com 51% das ordinárias, as que têm direito a voto, mas vendendo o resto das preferenciais e um grande lote das ordinárias, como estava dizendo, o Estado ia ficar só com 26% do capital social do banco. Portanto, esse lucro que R\$ 1 milhão que deu esse ano, só 26% iria para o Estado, o resto iria para a iniciativa privada, para os investidores que estivessem comprando, além de alterar governança, porque vendendo as ordinárias, que são as ações com direito a voto, ia alterar o Conselho de Administração do banco. Então, nós já denunciávamos isso em outubro, fomos contrários, e iniciamos ações para impedir essa venda. As ações tiveram oscilações, baixas, o Governo teve dificuldades com essa venda. Passou final e começo do ano e o Governo não falou mais na venda. Chegou agora, 6 de abril deste ano, e o Governo do Estado lança um fato relevante para o mercado dizendo que não mais iria vender as ações conforme o fato relevante de 4 de outubro, ou seja, o Governo desmente que iria vender, anuncia que não vai mais vender. E daí, dia 6 de abril, uma sexta-feira, veio o fim de semana, e, estranhamente, na segunda, dia 9 à noite, surge na imprensa, por alguns analistas econômicos, a notícia de que o Banrisul iria vender um lote de 26 milhões de ações preferenciais, no outro dia, na bolsa de valores. Nós achamos que isso não poderia ocorrer, porque não tinha fato relevante, não estava seguindo as normas da CVM uma venda tão grande assim de ações, era mais um banco público, ao anunciar para o mercado, até para o mercado se preparar para comprar e fazer com que as ações subissem e todos que tivessem interesse pudessem participar. Para nossa surpresa, no dia 10, às 12h15min, o Governo colocou à venda esses 26 milhões de ações e as vendeu em 15 minutos. Como o Governo negou que ia vender e depois vende, dá uma impressão e indícios de que houve um crime financeiro, que é o direcionamento do mercado, porque a maioria dos investidores não sabia. Mas alguns sabiam, foram lá e compraram, porque ninguém acorda de manhã, chega na bolsa e diz que vai comprar 26 milhões de ações sem estudar o tema. Portanto, foi muito estranha essa venda de ações no dia 17, e as preferenciais não tinham direito a voto.

Se não bastasse isso, as ações no dia anterior estavam quase R\$ 20,00 e foram vendidas a R\$ 18,65. Fora isso, outras irregularidades nós começamos a ver. O Governo tem uma corretora, a Banrisul Corretora, que poderia ter feito essa intermediação e essa venda de ações, que está preparada para isso. O Governo manda o Banrisul contratar outro banco para fazer a corretagem, o famoso BTG Pactual, que todo mundo conhece, que teve o seu principal executivo preso em 2016 na Lava Jato, André Esteves, envolvido em várias falcatruas no mercado. Sem licitação, sendo que o Banrisul é um banco público, contrata outro para fazer um serviço que poderia fazer sem licitação e pagar corretagem para esse banco. Isso tudo foi nos preocupando, e, dez dias após, no dia 27, novamente o Governo bota ações no mercado, dessa vez as ONs, que são as ordinárias, que têm direito a voto, que podem alterar, portanto, a gestão do banco, a governança do banco – dois milhões de ações da ON também novamente sem

fato relevante, sem anunciar ao mercado. Novamente a BTG Pactual faz essa intermediação. Tem outro fato que vocês devem ter visto na imprensa, que é estranho no mínimo: que o Diretor Financeiro do Banrisul, Ricardo Hingel, no governo anterior, se licenciou do Banrisul e trabalhou por dois anos na BTG Pactual, coincidentemente – quem era responsável por essa operação trabalhou por dois anos na BTG Pactual no Governo anterior.

Daí, novamente sem fato relevante, o Governo chega e vende 2 milhões de ações ordinárias com direito a voto, e o mais estranho, desta vez, 65 % das ações são compradas por um fundo de investimento, chamado Brasil Plural. Fomos olhar a história desse fundo, ver a composição da sua diretoria, e descobrimos que, dos sete diretores do banco Brasil Plural, três eram diretores e quatro foram executivos da BTG Pactual. É o que a gente chama, no mercado, daquelas empresas coligadas, grupos que fazem mais de uma empresa para fazer falcatruas no mercado financeiro. Novamente o BTG Pactual que tinha as coisas. Mais estranho ainda, desta vez a perda que o Governo teve com a venda de ações foi maior ainda, porque as ações, no dia 26, estavam em torno de R\$ 26,00, e, no dia 27, foram vendidas a R\$ 17,65. Isso significa uma perda de 31,74% em cada um dos 2 milhões de ações. Isso logicamente foi denunciado não só por nós. Vocês devem ter visto a Débora Morsch na Zero Hora, uma analista financeira do mercado, inclusive privatista. Nós estamos denunciando porque defendemos o Banrisul como banco público, somos contra a venda de ações. Ela está denunciando porque, como representante do mercado, queria que todos tivessem direito a essa barbada, direito a participar dessa venda dessa compra de ações a preço de banana.

A partir disso, nós fazemos uma representação ao Tribunal de Contas, através do Procurador-Geral, Geraldo Da Camino, de 17 páginas, explicando todas essas irregularidades, pedindo a suspensão da venda das ações, a criação de uma inspeção. Vamos ao Ministério Público de Justiça também, ao Dallazen, entregar uma notícia-crime, fazendo isso. Vamos também até a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que é o xerife do mercado para fazer as denúncias. A CVM já abriu uma investigação, saiu nos jornais, a partir da nossa representação. E não é pouca coisa, se a CVM começa a investigar é porque, no mínimo, teve alguma coisa. Inclusive só o fato de não ter anunciado para o mercado, e alguém ter comprado, dando claro indício de manipulação do mercado, já é um crime que vem tendo. E nós, até segunda-feira, devemos apresentar uma outra notícia-crime no Ministério Público Federal, se houve uma manipulação do mercado, um direcionamento, é um crime financeiro federal. Então, nós estamos fazendo todas as iniciativas para que os órgãos competentes, agora que já têm todos os dados, comecem a desvendar essa teia de irregularidades. Por que a BTG Pactual foi contratada sem licitação? Por que o Ricardo Hingel, que era um ex-funcionário deles, os contratou? Por que a Brasil Plural, que tem muita ligação com a BTG, comprou a maioria das ações em baixa? Tudo isso são fatos que a gente tem que denunciar e tem que exigir explicações. Hoje mesmo, agora, pela manhã, nós estávamos na Assembleia Legislativa, onde a Comissão de Finanças chamou o Presidente do banco, o Gonzaga, e o Secretario da Fazenda para dar explicações sobre esse tema. E não saiu nada claro sobre essas irregularidades todas. Outras coisas estranhas

aconteceram nesses fatos, todos os superintendentes do banco são funcionários de carreira, a Fernanda Melchionna aqui é funcionária do banco e sabe disso, e estavam indignados com essa venda de ações, porque antes de acontecer sabiam que seria um mau negócio do banco, seria um fatiamento do banco. Poucos dias antes, o banco criou uma comissão, uma RV, uma Remuneração Variável de R\$ 50 mil para cada um desses superintendentes, há 43 superintendentes, uma espécie de cala-boca para um segundo escalão do banco antes de fazer essa negociata que, com certeza, traz prejuízo ao banco, está enfraquecendo o Banrisul, que é o maior banco do Estado, um banco que deu mais de R\$ 1 bilhão de lucro, um banco que é importantíssimo para o desenvolvimento e também traz prejuízo ao erário. O dono das ações é o Governo do Estado, portanto, se o Governo está vendendo em baixa, o erário está perdendo. Fora o fato também de que nós sabemos que esse tipo de privatização, de venda das ações, vai enfraquecer o banco e mudar a sua gestão. Se a iniciativa privada tiver mais voz no Conselho de Administração, certamente será contra o Banrisul permanecer bancando pequenas cidades, onde o lucro não é tão grande, fazendo financiamento para setores estratégicos que precisam do Estado, vai querer que o banco seja enxuto e que só pense no lucro.

Portanto, viemos aqui, mais uma vez, agradecer o espaço e dizer que nós viemos aqui, na Casa do Povo de Porto Alegre, denunciar o que estão fazendo para o Banrisul e defender que vocês nos ajudem nessa luta de pedir aos órgãos competentes os esclarecimentos, a investigação desses fatos e defender logicamente que o Banrisul continue público e a serviço do povo gaúcho. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Convido o Sr. Everton de Moraes Gimenis a compor a Mesa.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu quero parabenizá-lo, Gimenis, e a toda a Diretoria, o Sindicato dos Bancários, dirigentes sindicais e bancários que estão fazendo essa luta, que é uma luta que interessa ao Rio Grande. É muito importante que nós nos demos conta disso, que não é uma luta corporativa, que é uma luta justa que vocês fazem pelo respeito ao trabalhador bancário, pelo seu salário, condições de trabalho diante do lucro extraordinário que, mesmo em tempos de crise, os bancos têm, mas condenam com a defesa de um banco a serviço do povo gaúcho de fato, e não um banco que também seja dilapidado para especulação. Nós já vínhamos acompanhando todas essas denúncias e esperamos que os órgãos de controle, de fato, atuem de maneira severa, porque nós não podemos abrir mão do Banrisul, nós temos um amor muito grande a esse banco que é da identidade dos gaúchos, que é a porta de entrada para tantas cidades pequenas, da população mais simples, contas fáceis de acessar, crédito e toda a atuação econômica.

Eu sei que, hoje de manhã, na audiência na assembleia, inclusive, simples e limpidamente, o representante do Governo do Estado disse que precisava fazer liquidações para pagar conta e para ajustar conta. Ou seja, é vender a galinha e ficar sem a perspectiva dos ovos. Então, nós, Câmara Municipal, fizemos questão que vocês estivessem aqui. Nós somos a Capital dos Gaúchos, nós prezamos o Banrisul, a nossa Câmara deve também se remeter ao Governador do Estado, questionando isso que eu chamo de gestão temerária, de gestão que não preserva o interesse público, o interesse do povo gaúcho. Parabéns, força ao sindicato dos bancários.

Quero encerrar dizendo que temos dois temas, um tem a ver com o Ver. Tarciso, que não está aqui neste momento, que é a Lei dos Biombos, que o senhor tem nos pautado sobre esse tema. A implantação dos biombos nos bancos e implantação das portas giratórias, de fato, protegendo todo o serviço de banco. São leis municipais, debates feitos nesta Casa que não são cumpridos, inclusive, tem um retrocesso e a Câmara precisa fiscalizar. Eu quero sugerir – o Presidente não está aqui, está a Vice, Ver.^a Mônica – que o Câmara na Rua, da presidência da Casa, possa ser nos bancos, para verificar a legislação municipal que visa a proteger tanto o bancário, que está ali atendendo as pessoas, quanto à população, que sofre quando há assalto. O tema, por exemplo, dos carros-fortes, que não podem estar na frente do banco, que têm que estar dentro de garagem, nós vemos que não é cumprido. Acho que esse é um tema que a nossa Câmara pode, enquanto instituição, fazer uma verificação. Nós já desencadeamos isso no Procon e ele está verificando, mas creio que podemos de forma mais forte exigir o cumprimento dessa legislação. Os bancos têm lucros extraordinários, se dão ao luxo de fazer vendas dessa maneira, com baixos valores, no mínimo, é nebuloso, para não utilizar palavras mais duras até, que haja uma investigação. Então, nós sabemos que o banco pode, sim, fazer adequações físicas para garantir a segurança do cliente e, principalmente, do trabalhador bancário. Parabéns, Gimenis, parabéns a todos vocês.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Sra. Presidente, queria trazer a nossa saudação, em nome do PSOL, em meu nome e em nome do Ver. Roberto Robaina, que também foi bancário, demitido no meio das greves de final de 1990. Muitas pessoas não sabem, então, faço questão de lembrar, sobretudo para apoiar a pauta trazida hoje pelo Sindicato dos Bancários, ao qual sou filiada por ser bancária do Banrisul licenciada. Acho que foi muito grave mesmo, Gimenis, o que o Governo Sartori fez. Na minha opinião, não pode ser nada mais que uma negociata, uma venda, na calada da noite, das ações do Banrisul, intermediada com a BTG Pactual, numa ação nebulosa, de todas as maneiras possíveis, mostra, por um lado, o entreguismo e uma perda do patrimônio público, além, obviamente, de questionar a venda de ações, porque o banco vai perdendo seu caráter público. Afora isso, a forma como foi feita a venda

dessas ações foi danosa para o banco e danosa, sobretudo, para o povo gaúcho, porque é um banco público muito reivindicado pelo povo. Tanto é que quando o Meireles quis botar na cesta da negociação da dívida a venda do Banrisul, houve uma mobilização muito forte da sociedade em favor do Banrisul. Nós estamos juntos nessa luta em defesa do Banrisul público, mas, sobretudo, no apoio à investigação que o Ministério de Contas pediu, que pode, sim, reverter a venda das ações. Acho muito corretamente o Sindicato ter denunciado como queixa-crime ao Ministério Público. Podem contar com a bancada do PSOL para dar visibilidade a isso, para que, de fato, se reverta essa venda de ações, no mínimo, nebulosa e para as lutas corriqueiras da categoria, que são lutas necessárias diante das metas inatingíveis, diante da precarização das condições de trabalho dos bancários e da sede de lucro que têm os banqueiros, que, aliás, seguem tendo lucro recorde. Acho que foi agora em maio que vi que o Itaú vai “muito bem, obrigado”, enquanto o povo vai mal, enquanto a sociedade vai mal.

Eu acho que estamos passando por um momento muito delicado da conjuntura, a exemplo da paralisação dos caminhoneiros, uma categoria muito explorada e que, ao mesmo tempo, mostram essa questão do *diesel*, a alta da gasolina, essa situação grave que todo o povo vem pagando, o que também nos coloca um novo desafio, de ser solidário, evidentemente, à luta pela redução do *diesel*, mas, sobretudo, contra a política entreguista do Governo Temer. Talvez seja a hora de as Centrais pensarem numa greve geral para que a gente possa reivindicar direitos e, ao mesmo tempo, botar na parede um Governo que tem, lamentavelmente, emparedado e tirado direitos do povo. Parabéns. Contem com a bancada do PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, primeiro eu quero que seja feita uma correção regimental aqui, porque, ao que me consta, a Tribuna Popular não é solicitada por nenhum Vereador; se for para a gente, então, veladamente, impulsionar que se altere o Regimento e o Vereador possa também propor Tribuna Popular, não só as entidades da sociedade civil organizada. Faço esse questionamento...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Melchionna.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Não. A senhora, então, ocupe a tribuna depois no seu tempo, não no meu.

Primeiro, eu quis vir aqui respeitosamente; também, na Tribuna Popular ocupada pelo Sindbancários, eu me manifestei a respeito. Sou um defensor da manutenção do Banrisul público, sou do partido do atual Governo Estadual e acho que temos que reforçar esse papel, mas também não posso deixar transitar em julgado tudo

aquilo que foi dito. Existe um expediente pelo qual os órgãos de controle vão nos seus prazos, no período em que entenderem necessário, apurar se houve ou não irregularidade na venda das ações. O que eu posso dizer aqui – e fiz questão de ocupar a tribuna no tempo de Liderança – é que todas as notas emitidas institucionalmente, as notas oficiais do Governo do Estado dão conta de que o processo de venda das ações foi feito dentro da legislação e de acordo com o que diz a Comissão de Valores Imobiliários. E a última nota oficial que o Governo divulgou reafirma transparência e cumprimento da legislação em venda de ações do Banrisul; o Estado reitera, e resultados da venda de ações do Banrisul preservam interesse público do Rio Grande do Sul. Foi feito dentro da legislação aplicável e reafirma que os resultados da venda das ações preservam interesse público, consolidam a posição do banco no mercado, assim como ocorreu até aqui, e o Governo do Estado continuará observando todas as regras técnicas e fornecendo todas as informações necessárias aos órgãos de controle, uma vez que se abriu expediente. Também acompanhei hoje pela manhã, busquei as informações – não acompanhei diretamente porque tínhamos aqui a comissão sobre a revisão da planta do IPTU –, esta mesma discussão que se travou na Comissão de Finanças da Assembleia, e tenho certeza de que vai subsidiar o expediente dos órgãos de controle.

Quero aqui só lembrar que o Governo Tarso Genro também apresentou, na época, projetos para a abertura de subsidiárias para cartões de créditos, para seguros, e isso não era de lapidar o patrimônio público e não era caminhar para uma privatização indireta do Banrisul. Esses projetos foram apreciados na Assembleia, ou não? Foram, foram, sim. Então é importante que se lembre, Ver.^a Sofia, esses pontos, porque, se nós formos trazer para o Plenário Otávio Rocha, no ambiente municipal a antecipação do debate eleitoral, V. Exa. conte comigo para exaurir essa discussão e fazer os comparativos para quem, de fato, preservou o Banrisul público e quer fazer do Rio Grande do Sul um Estado mais austero e que possa entregar serviços públicos de qualidade à população. Aliás, também é importante, servidores do banco e representantes do Sindicato dos Bancários: qual foi o partido que, no governo, mais favoreceu os banqueiros neste Brasil? O PT, e favoreceu os banqueiros, não os bancários. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Ver. Carús, só para esclarecer, a Câmara autoriza a utilização da Tribuna Popular mediante requisitos da entidade. Então está aqui o documento apresentado que preencheu todos os pré-requisitos, e está correto.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidente Mônica, eu acho que não precisaria explicar, provavelmente o presidente do Sindicato dos Bancários deve ter usado o termo “que a Ver.^a Sofia indicou”. É apenas um esclarecimento. Ver. André Carús, pode ficar tranquilo, te prezo muito, é apenas para dizer que, até mesmo a Mesa Diretora, quando chegam alguns temas aqui, nós oferecemos à sociedade os

instrumentos que a Casa tem de interlocução com esta Casa. Um dos instrumentos é a Tribuna Popular, e foi o que eu fiz.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente. Quero saudar o Everton de Moraes Gimenes, Presidente do Sindbacários. Quero dizer que para mim essa questão do Banrisul não é uma questão ideológica. É preciso preservar o banco na economia do Estado, e não posso levar para o lado ideológico. Quero dizer que nós vamos ter eleições, sim, e temos que falar de eleição. Vai ter para Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Presidente da República. Eu fui deputado. E temos que cuidar, se o meu candidato a Governador disser que é a favor da privatização do Banrisul, muda o meu posicionamento. Eu sou eleitor também. Não sou candidato a nada, mas vou votar, e quero saber como o meu candidato vai proceder em relação ao Banrisul. Eu não sou privatista, mas também não sou contra algumas privatizações. Por exemplo, eu preservo o Banrisul e a Corsan; água é um filé, Banrisul é um filé. Querem entregar para empresários a água, o banco que é nosso? “Ah, os outros foram vendidos.” Os outros foram vendidos e os estados continuam quebrados, como estavam naquela mesma época, não adiantou nada. Torraram o dinheiro das instituições. Então, o Banrisul é importante aqui na Capital; imaginem no interior! No interior, financia o micro, o pequeno e o médio produtor. Tem o crédito consignado. Isso é uma das questões que o Banrisul atende. A gente tem que ter muito cuidado. “Ah, querem privatizar tudo...” Olha, já privatizaram muita coisa neste País que não deu certo, não resolveu a situação do País. O País está nesse caos porque maus empresários, grandes empresários se locupletaram com dinheiro público, seja do Estado, do Município ou da União. Isso cansou o País: a roubalheira, a impunidade. Portanto, o Banrisul é nosso! Eu sou a favor, até que me provem o contrário. O Banrisul que está aí, que é bom para a economia, que acaba solucionando, muitas vezes, o problema do Estado, financeiramente, é esse que eu quero! Eu sou contra a privatização do Banrisul, contra também a privatização da Corsan, que é água. Se é mal administrada, é uma questão de gestão e tem de tirar esse gestor. Mas isso dá lucro, é na boca do caixa. Só mal administrada para dar mal resultado. Parabéns presidente, continue nessa luta e conte comigo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Caríssima Ver.^a Mônica, caríssimo Everton e servidores do Banrisul aqui presentes, eu estou, neste momento, falando em nome do bloco de oposição, do PSOL e do PT. Eu quero, Ver.^a Mônica, tentar fazer o

que nós fizemos, quando seu pai, Pedro Américo Leal, era Vereador aqui. Ele se uniu a nós na defesa do Meridional. Lembro daqueles tempos em que, independentemente de rusgas político-partidário-ideológicas, nós criamos um forte movimento, alicerçado na realidade como ela é. Qual é a realidade hoje? Um Banrisul pujante, capilarizado e no qual qualquer pessoa, de uma forma ou de outra, consegue se banquerizar no Banrisul. Mais do que isso, consegue ter acesso a um tal de cartão, o tal de Banricompras, que é aceito em qualquer boteco de esquina. Então, é por isso que nós queremos fazer uma ampla defesa do Banrisul. Nós vamos estar ao seu lado, como sindicato de trabalhadores, para discutir e apoiar reivindicações classistas que são justas. Vocês são organismos de frente única, de classes que precisam ter reajustes, porque aumenta a passagem, a gasolina estrondosamente. Por isso, também, na luta sindical, nós vamos nos postar, porque o banco tem crescido, tem se desenvolvido, e ele precisa continuar sendo o banco dos gaúchos, como ficou conhecido por todos nós. Por isso, eu quero, de forma singela, sem entrar em grandes disputas, tentar reunir novamente amplos setores da sociedade, como fizemos com o antigo Meridional. Nós não vencemos naquele momento, mas resistimos. E há momentos em que a gente resiste, e há momentos em que a gente resiste, lutando para ganhar. Com o Banrisul, nós queremos ganhar, nós podemos ganhar, nós vamos ganhar. Falei, portanto, em nome do bloco de oposição, PT e PSOL. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MONICA LEAL (PP): Agradecemos a presença do Sr. Everton de Moraes Gimenis, Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h49min.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 14h51min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Airto Ferronato solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia de 23 de maio de 2018.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)

O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Vereadores e Vereadoras, quero fazer uma saudação especial aos funcionários do Banrisul que estão aqui presentes junto ao Sindicato. Meu pai foi 40 anos do Banrisul, começou como escriturário, lá na década de 70, ainda em Encantado, veio para cá e se aposentou na agência central. Eu, inclusive, tive o prazer, e talvez o desprazer, na época em que eu peguei um gerente bem – não vou usar o termo, se não é mais uma quebra de decoro parlamentar – delicado, vamos dizer assim, que me colocou no estágio, depois ele passou a ter orgulho de mim, por ter sido estagiário, dois ou três anos, depois, vi que tinha comentário. Mas me massacrou, me botou na compensação a carimbar cheque, lembro que eu ficava lá horas e horas. Mas os funcionários do Banrisul sempre estiveram do meu lado até no momento em que eu era estagiário e quiseram me tirar de lá, teve uma turma, a Rejane, que era delegada sindical da agência central, era muito minha amiga; e o tesoureiro a agência, um alemão, eles colaboraram muito para a minha permanência dentro da agência, só que eu tive que ir para a compensação. O meu pai foi funcionário lá e sempre fez a luta sindical, a luta de arrocho, na década de 1990, vende, não vende, no período do Britto, há alguns anos. Então, a minha total solidariedade ao debate de vocês e a discussão que é sempre importante manter nos órgãos públicos.

Mas eu queria aqui, Mônica e Alex, falar, na verdade, sobre o que eu venho falando durante a semana. Eu estou fechando 4 anos de mandato aqui na Câmara Municipal, Prof. Alex, e nesses 4 anos que eu estou aqui, por convicção, mesmo gastando o meu salário pela minha causa, votei contra o reajuste do salário dos Vereadores, e não para fazer demagogia. Reajustes de salário, todos os anos teve, votei, alguns fizeram cara feia, o Dr. Thiago, depois pode subir aqui e falar. Votei por convicção justamente porque acho que os brasileiros ganham muito pouco e os políticos se autoajustar... Isso em qualquer setor, até no Judiciário, eu seria contra, em qualquer setor se autoajustar, eu acho uma coisa completamente antiética. Por isso, votei sempre, Prof. Alex, contra o aumento de salário. E isso nunca sai na imprensa, nunca saiu no jornal, nem ninguém veio me perguntar por que eu votei contra.

Eu estava lendo aqui alguns projetos meus que saíram na imprensa e que saem toda semana na imprensa. Como, por exemplo, o Vereador querer obrigar o Prefeito e os Vereadores da Capital a levarem mais para dentro da Câmara e dentro da Prefeitura. Eu, sinceramente, fui muito achincalhado e debochado e não tenho vergonha nenhuma de falar sobre esse projeto, porque, na verdade, nada mais é do que estimular, nos órgãos públicos, aquilo que eu defendo na rua, ou a adoção de animais, estimular um debate que eu vivo, literalmente, e que, como eu falo aqui, toda a semana, os animais são aqueles que não são observados. Hoje, pela manhã, eu estive em Guaíba para fazer um resgate, e, infelizmente, os órgãos públicos não funcionam, não há políticas públicas para os animais. Quanto mais eu puder fomentar esse debate, mais eu vou fazer. Aí tem outros, como o que o prefeito e o vice-prefeito devam levar animais de estimação... Bom, onde tem polêmica, tem projetos meus – eu estava imprimindo. Sobre Gre-Nal, chegaram a ridicularizar que eu queria que entrassem com animais de estimação no Gre-Nal, uma coisa que não gera custo nenhum, eu falei com o Novelletto, ele disse que não teria nenhum problema levar no Gre-Nal, em vez de entrar

dez crianças, entrar meia dúzia de cachorros, não tem custo nenhum para o Município, e é uma coisa que incentivaria duas torcidas ou mais, também as do interior, a ver a importância dos animais e dar visibilidade para o tema dos animais. Também o Vereador sarcástico, o da prisão perpétua, por exemplo, esse aqui foi sensacional, deu um debate todo, no ano passado, sobre isso; me ligavam, me ligavam e continuam me ligando sobre isso, como se fosse algo ridículo fazer um debate sobre maus-tratos e crueldade. Obviamente que é o papel da imprensa pegar o calcanhar de Aquiles da política, obviamente! Nunca vi um jornalista fazer um debate do bom, da coisa positiva, saudável, do que tem por trás desses debates, e, como eu falei, são quase 300 projetos, e muito sérios. O jornalista Paulo Germano, por exemplo, se empenhou bastante em escrever várias matérias no jornal Zero Hora sobre mim, e eu nunca tive problema nenhum, mas também sempre eram matérias de página inteira e, para mim, sobrava uma frase para responder, quando sobrava, quando ele não fazia matérias só sobre ele. Eu, particularmente, passo a ser aqui um Vereador dos animais, da polêmica e contra a imprensa, não a imprensa livre, porque cada um faz o que quer, eu não quero gerenciar o trabalho de ninguém, mas contra essa imprensa panfletária, barata que existe, infelizmente. O Brizola já dizia, Márcio – tu, que és do PDT –, Wambert, há algum tempo, que onde estivesse a grande imprensa, ele estaria do lado contrário. Eu, mais ou menos, raciocino por aí também, porque acho que, infelizmente, os grandes veículos de comunicação cumprem um papel completamente devastador de levar a sociedade à ignorância absoluta, estimular uma pressão, Ver. Wambert, contra a política, contra os políticos, sendo que há instituições absolutamente menos sérias, como o próprio futebol, que não são debatidas dessa forma. Eu acho que a gente vive em um período de pão e circo, e é muito comum isso.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Lourdes, colegas Vereadoras e Vereadores, que tempo estamos vivendo? Tempos difíceis, Ver. Robaina, tempos tenebrosos. Nós, que vivemos os tempos da ditadura militar, jamais poderíamos imaginar, depois de tanta luta, com a volta do estado democrático de direito a partir da Constituição Cidadã de 1988, viver tempos em que os nossos direitos são torpedeados todos os dias, seja por ações completamente descabidas dentro do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras ou por legislações esdrúxulas, completamente inconstitucionais, para gerar problemas, discussões sem fim e disputas judiciais. Também os executivos, de forma autoritária, para resolver os problemas de caixa, para resolver os problemas de má gestão, não obedecem aos princípios fundamentais da administração pública: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a

publicidade e a eficiência. Eficiência foi uma palavra que foi adotada posteriormente, e governos ditos liberais, que tanto gostam de falar de eficiência na questão privada, são tremendamente ineficientes e incompetentes na gestão pública, Ver. Ferronato. Nós estamos vivendo um momento difícil no País: uma alta desenfreada de combustíveis. Eu gostaria que as pessoas pudessem comparar, pegando os últimos anos da gestão Fernando Henrique, os aumentos que houve; na gestão Lula e Dilma, do PT; e agora nesses poucos meses da gestão desastrosa de Michel Temer. Nós estamos com um locaute na sociedade. As pessoas me perguntaram se a gente não ia falar nada sobre a greve. Eu pergunto: que greve? Nós temos um locaute no País, porque, se vocês observarem os caminhões que estão trancando determinadas rodovias, que estão na cabeça de determinados movimentos, não são os caminhoneiros tradicionais. Nós já vimos esse filme. Nós já vimos esse filme em 1973, no Chile, que depôs um Governo democraticamente eleito. Nós vamos estar também em alguns piquetes, Robaina, como V. Exa. corretamente esteve ontem. Não é aquela questão dicotômica: locaute e greve. Não é isso! Por isso que eu louvo a sua participação e sempre que eu puder vou participar, mas não em qualquer piquete. Nós faremos uma seleção de piquetes: aqueles que estão com a carga, com o caminhão, pessoas trabalhando e tendo que trabalhar, nós estaremos juntos. Mas não estaremos junto cujas palavras de ordem, inclusive, não são para baixar o preço da gasolina, muitos falam para não pagar impostos. Não existe país onde não se paga imposto. Os mais altos impostos do mundo estão nos países altamente desenvolvidos, como os países do norte da Europa.

Vamos botar as cartas na mesa. Não vamos ficar confundindo caminhoneiros de um tipo com caminhoneiros de outro tipo, são pessoas diferentes. É mais ou menos como confundir – há pouco tivemos um debate sobre o Banrisul – banqueiro, dono de banco, com bancário, são coisas completamente diferentes. Por isso que eu faço uso desta tribuna, já que temos a felicidade de ter este período de Comunicações para fazer este debate.

Eu vou continuar na trilha da questão tributária. Hoje de manhã tivemos outra reunião, uma discussão sobre o IPTU. Sem dúvida nenhuma nós temos diferenças sobre as concepções sobre impostos. Longe de nós para dizer que não devemos mexer no IPTU; mexer no IPTU significa, antes de mais nada, mexer na planta genérica de valores. Nós não vamos entrar no discurso fácil: não aumenta nada. Não aumenta nada para quem? Tem gente pagando uma babilônia de IPTU, morando em lugares onde os imóveis não são devidamente valorizados, eles estão com a planta de valores defasada, e tem que pagar, sim, no mínimo, o equivalente do que pagam aqueles, por exemplo, que moram no Centro Histórico, que pagam IPTU tabela cheia, enquanto tem na zona fiscal três novos condomínios que pagam 60% da planta. Eu nem vou falar da equivalência dos valores venais. Eu estou falando inclusive só das zonas fiscais, ali já se tem uma tremenda diferença, portanto, uma tremenda injustiça. Não estamos aqui para defender a planta genérica de valores tal qual ela veio do Executivo. Para concluir, nós estivemos esta semana com o Prefeito e colocamos algumas cartas na mesa, inclusive, para os imóveis mais caros, na mesma linha que o PSOL e o PT trabalharam no projeto passado, aumentando as alíquotas dos imóveis acima de R\$ 1,5 milhão. Eles não podem

ficar com a mesma alíquota de imóveis de R\$ 1 milhão. Esse é o debate, essa é a discussão. E nós vamos tentar interferir nas zonas fiscais. Hoje, especialmente o Ver. Cassio Trogildo e eu levantamos novamente essa questão junto com outros Vereadores e vamos continuar esse debate firme e ousadamente, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Não por sermos de oposição; tudo que vem do Governo não presta, porque a Cidade precisa se reciclar, precisa discutir a nova planta genérica de valores sem dar uma posição definitiva, que nós não sabemos ainda quais serão as emendas, mas nós estamos atentos ao que der e vier, estamos aqui para cumprir a nossa função de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Eu me inscrevi para falar, porque acho que hoje, evidentemente, o País está colapsando. E diferente, com todo respeito ao Ver. Adeli, eu tenho uma análise absolutamente distinta do que ele faz sobre esse processo da greve dos caminhoneiros e o impacto que isso tem num País em que a política empreguista do Governo Temer fez com que a Petrobrás perdesse também, fez com que os combustíveis chegassem a quase R\$ 5,00 o litro, impactando, e muito, a vida de quem trabalha com isso – os caminhoneiros são uma categoria que trabalha, às vezes, 12, 14 horas, gerando o País inteiro, uma categoria plural e muito grande –, mas não só os caminhoneiros, não só quem trabalha no setor de transporte, os motobóis, os motoristas de táxi, os motoristas de Uber, toda a população. Quando a gasolina sobe, tem um efeito cascata que faz com que aumente o valor dos alimentos, o valor do custo de vida de uma forma global. Então, o povo já estava sofrendo com o aumento da gasolina. Agora nós vemos, na verdade, uma greve que teve um elemento de espontaneidade, evidentemente, que abarca um setor muito forte da base dos caminhoneiros, que nasceu à revelia das centrais sindicais – isso não por demérito dos caminhoneiros, mas, talvez, pelas próprias centrais sindicais não acompanharem o movimento nas suas bases –, num Governo que eu jamais compararia com o governo Allende, Ver. Adeli Sell. O governo Allende era um governo progressista, eleito pelo povo, e que tinha uma força social gigante para mudar o Chile, e um local de comandado pelas elites começou a criar uma situação de desestabilização para derrubar o governo. O Governo Temer é justamente o contrário: um governo que não tem legitimidade popular, um governo que não tem força social, um governo que conseguiu o maior índice de rejeição da história da pequena democracia brasileira, de 30 anos, e que, ao mesmo tempo, está aplicando uma política de ajustes que massacra o povo. Não só a reforma trabalhista, não só a PEC 55, sobretudo a política que diz respeito aos combustíveis, à própria política da Petrobrás. Então, nesse quarto dia de greve, tem algumas conclusões que precisam ser tiradas. Primeiro, da pauta justa da categoria; é uma pauta justa a questão do combate ao aumento dos combustíveis e, ao mesmo

tempo, a repercussão que isso causa nas cidades. Hoje já temos poucos ônibus rodando, a maioria de motoristas já está sem combustível, estamos vendo a dificuldade, inclusive, de aeronaves, começa a faltar alimentos perecíveis no mercado, que mostra a força da greve dos caminhoneiros e, ao mesmo tempo, a repercussão que tem nas cidades. Segundo, se tem algum responsável pela greve é o Governo Temer e o Pedro Parente, que é a expressão da política neoliberal e que comanda a política da Petrobras, e que, por óbvio, nós não temos e não acreditamos que esse governo, de conjunto, tenha qualquer legitimidade. Terceiro, que como todo movimento que nasce da espontaneidade, vai ter, evidentemente, muitas disputas, disputas dentro da luta dos caminhoneiros e disputas da narrativa afora. Mas me preocupa quando um setor começa a fazer essas relações com relação a uma greve legítima e, ao mesmo tempo, não veja a necessidade de não só apoiar a luta dos caminhoneiros para que ela seja vitoriosa, porque significa o povo sendo vitorioso caso reduza o valor da gasolina, mas muito mais do que isso, talvez os movimentos sociais, populares, de conjunto, chamarem uma greve geral contra a ilegitimidade desse Governo. A força da greve mostrou que quando os caminhoneiros querem, param o Brasil; ao mesmo tempo em que setores empresariais, setores de direita, etc., sempre tentarão disputar a narrativa de qualquer movimento social, é evidente, embora a gente saiba que eles, na prática, endossam este Governo ilegítimo do Temer e sejam parte da ideia de repassar a conta da crise econômica para as costas do povo. Ao contrário, os trabalhadores têm toda a legitimidade histórica e social para apoiar movimentos como esse, e, mais do que isso, desenvolver outras consignas que defendam a situação da classe trabalhadora em tempos tão difíceis, em tempos de assalto escorchantes de um País que é comandado por uma quadrilha, porque os ladrões estão em Brasília, a começar pelo Presidente ilegítimo da República, e, ao mesmo tempo, de arrocho salarial, de desemprego, de aumento do custo de vida, de tarifas altas, frutos dessa política que tem sido implementada de forma brutal pelo Governo ilegítimo do Temer. Portanto, eu apoio a greve dos caminhoneiros, nós apoiamos a greve dos caminhoneiros. O Roberto Robaina esteve nos piquetes, ontem, fazendo o debate, levando o apoio do PSOL, levando o apoio do pessoal ativo, junto com o Israel Dutra, o nosso Presidente Estadual, e nós achamos que a melhor forma de normalizar a vida das pessoas que está impactada pela irresponsabilidade do Governo Temer, é garantir que a greve seja vitoriosa e que se possa, sim, pedir a retirada ou a cabeça, no sentido político, a demissão do Pedro Parente, e, ao mesmo tempo, conquistas para uma categoria tão explorada, a ponta desse *iceberg*, que significa o aumento abusivo dos combustíveis no Brasil.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. THIAGO (DEM): Cara Presidente, Ver.^a Lourdes Sprenger; caros colegas Vereadores e Vereadoras, eu não poderia deixar de manifestar a

minha preocupação com relação aos fatos que têm ocorrido desde ontem, e falo da paralisação de todo sistema rodoviário, fatos que são reflexo da saturação de toda uma situação ocasionada pelo aumento e sobretaxamento dos combustíveis. Nós não sabemos até aonde pode ir esse processo, e a nossa preocupação com relação ao desabastecimento das cidades, das zonas rurais, é que, principalmente, para os mais vulneráveis, para os mais pobres pode redundar num momento de crise agravado. Claro que o processo é legítimo, as justificativas são razoáveis; os caminhoneiros estão numa situação limiar e, neste momento, precisava ser feita, realmente, alguma coisa. O preço da gasolina, dos combustíveis é abusivo, os impostos em cima deles são enormes, e era necessário atuar de alguma forma. Mas a nossa preocupação com o desfecho desse processo eu já queria deixar aqui registrado.

Quero também registrar minha preocupação com os reiterados fatos que têm ocorrido nas noites e madrugadas na Cidade Baixa. Nós temos um agravamento, muitas vezes, de situações: tivemos lesões corporais em duas pessoas há dois dias, uma delas com potencial sério, inclusive, e isso basicamente se deve – volto a frisar, este é meu posicionamento – ao fato de as pessoas beberem indiscriminadamente na rua. Nós precisamos ter alguma atuação enquanto Parlamento neste sentido. O Decreto realizado pelo Executivo não resolve o problema, cria guetos na Cidade, o que efetivamente não resolve a situação do conflito já existente entre moradores, empresários e pessoas que estão na rua, pessoas que vão para a Cidade Baixa e ficam na rua. Nós precisamos achar um meio-termo, fazer com que possa haver uma situação de convivência harmoniosa, porque isso não tem ocorrido, pelos menos nos dois, três últimos anos. Estamos à beira de ter, naquela região da Cidade, problemas sérios, sinistros graves; depois as autoridades e a Prefeitura vão tentar justificar o injustificável, como já ocorreu, como já temos exemplos em outros locais.

Então, volto a dizer, a questão, Vereadora, é muito complicada; Vossa Excelência tem participado de um grupo de moradores, comigo, inclusive; eu, a cada dia mais tenho me preocupado com aquela situação, com aquele problema, com aquele conflito conflagrado da Cidade Baixa, em especial na Rua Luiz Afonso. Então, quero registrar isso, vou encaminhar, sim, uma audiência pública para podermos discutir as questões atinentes a Cidade Baixa. É importante que possamos ser o fio condutor de uma convivência harmoniosa ou pelo menos mais humana naquela região, porque é impossível – muitos moradores têm dito isso, vocês que transitam pela Cidade Baixa, caminham por lá, já devem ter escutado isso – dormir em alguns dias na Cidade Baixa. Isso realmente fere a questão da dignidade da pessoa humana. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Sra. Presidente, saúdo a todos os Vereadores aqui presentes e as demais pessoas que nos assistem, não poderia

deixar de falar sobre este caos que estamos vivendo nesse últimos dias. É preciso deixar claro, especialmente depois da fala da Ver.^a Fernanda Melchionna, do PSOL, que o Estado tem uma grande parcela de contribuição nisso, muito mais do que qualquer suposto arranjo neoliberal, ou coisa que o valha, que ela citou nesta tribuna. Nós compramos os combustíveis de uma estatal monopolista que é a Petrobras. Pagamos, no combustível, uma das mais altas cargas tributárias do mundo, e esse dinheiro vai para o Estado também. E dependemos de um modal de transporte, o rodoviário, que foi durante décadas estimulado pelo Estado, com subsídios a montadoras, com subsídios a construtoras de rodovias, e que por décadas engessou completamente e inviabilizou os investimentos nos demais modais de transporte, como o ferroviário, o marítimo, até no aeroportuário, Ver. Wambert. Nós sabemos que a nossa estrutura de transporte no Brasil está resumida a esse monopólio rodoviário e agora estamos submetidos a este caos. Então, se há um culpado muito claro por esses crimes que estamos vendo contra o brasileiro é o Estado. O Estado estava lá, estava presente no crime, foi o executor do crime – é preciso dizer isso. Ou seja, atribuir ao modelo neoliberal, atribuir ao Pedro Parente a responsabilidade, parece-me algo como culpar a arma pelo assassinato – não é, Ver. Wambert? Eles podem ter as suas parcelas de culpa, são uma variável no processo, mas o grande culpado é o Estado.

Dito isso, eu gostaria de falar sobre um outro assunto. Um assunto que é positivo para a cidade de Porto Alegre, que nós falaremos com mais profundidade na semana que vem. Na semana que vem, no dia 30, na quarta-feira, o segundo projeto que foi priorizado em reunião de Liderança é o projeto que moderniza a legislação de *food truck* na cidade de Porto Alegre. Nós tivemos, por decreto da Prefeitura, já o estabelecimento da legislação dos *food trucks* na cidade de Porto Alegre há mais de um ano e meio, dois anos, isso ainda não está funcionando como gostaríamos, apesar de já haver alvarás de *trucks* nas ruas. Alguns *trucks* já estão operando, especialmente em eventos, o que é um grande avanço, mas podemos avançar ainda mais, especialmente dando segurança jurídica para que os *food trucks* e outras modalidades também, como os *food bikes* e outros possam trabalhar com segurança em nossa Cidade, porque a gente não pode depender, única e exclusivamente, da boa vontade da Prefeitura, de algum agente de Estado para que exista uma flexibilização de regras e eles consigam trabalhar. A gente precisa ter segurança jurídica, ter uma legislação moderna para que o *food truck* se desenvolva na nossa Cidade. E aí sim consigam trazer mais renda, mais emprego, mais serviços para a cidade de Porto Alegre. Todas as cidades que são referências no mundo em termos de serviço e qualidade de vida já avançaram em pautas como essa, e agora Porto Alegre, na quarta-feira, vai poder falar, debater e votar esse projeto. Nós temos 43 *food trucks* trabalhando hoje na cidade de Porto Alegre, e temos muitos outros empreendedores interessados no tema, e poderão ter mais segurança para conseguir trabalhar, investir, intensificar suas atividades e trazer mais vida para as calçadas, para as ruas de Porto Alegre. E, obviamente, saúdo os Vereadores que são coautores desta matéria, Ver. Ricardo Gomes, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Moisés Barbosa, os Vereadores da Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, que, durante todo o ano de 2017, discutiram essa matéria, receberam

a EPTC, Vigilância Sanitária, receberam servidores da Prefeitura, especialmente o Gilberto Simon, que é o servidor encarregado dessa parte de gastronomia itinerante e ambulantes. Dentre diversos outros órgãos relacionados à pauta e que contribuíram para a construção desse projeto que na, quarta-feira, será votado. Então, dito isso, em meio ao caos, há, pelo menos para Porto Alegre, um sinal de que boas novas virão na quarta-feira. Obrigado pela atenção de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sra. Presidente, Ver.^a Lourdes; colegas Vereadoras, Vereadores; eu, primeiro, quero, conforme o que foi dito aqui nas últimas manifestações, acho que o País enfrenta um momento muito delicado, que é reflexo também de desacertos da política econômica, e é também uma consequência de uma falta de atitude, porque não basta montar uma mesa de negociação, Ver. Bosco, sinalizar com uma possível redução do *diesel*, sendo que é preciso tomar outras atitudes. E a crítica que aqui faço não é uma crítica somente à política econômica do atual do Governo, são os problemas que vêm se acentuando ao longo dos anos e nós temos um reflexo hoje nas cidades. E eu quero focar nessa questão dos combustíveis, porque nós estamos tendo, especialmente da noite de terça-feira para hoje, quase que todos os postos da Capital estão sem combustível para comercializar à população. E tem alguns que, se valendo dessa situação, os poucos que ainda têm combustível a oferecer, estão cobrando preços muito acima do que normalmente são praticados. E vale destacar que, conforme manifestação que fiz aqui na última segunda-feira, essa cobrança abusiva dos preços praticados pelos postos em Porto Alegre vem se repetindo em diversas regiões da Cidade. E isso não sou eu que digo, são dados apresentados tanto pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, como também pelo Procon de Porto Alegre em recentes pesquisas que vêm ocorrendo mais especificamente nas ações que se desenvolvem de julho do ano passado para cá. Hoje de manhã, recebi em meu gabinete, de uma reunião que havia sido marcada na segunda-feira, a diretora executiva do Procon de Porto Alegre, Dra. Sophia Vial, com a chefe de fiscalização do Procon, Sra. Simone Siqueira, e o presidente do Conselho de Defesa Municipal de Defesa do Consumidor, Sr. Claudio Pires Ferreira. Diga-se de passagem, o Procon de Porto Alegre tem feito um movimento muito importante na defesa dos direitos do cidadão consumidor. E, principalmente, Ver. Ricardo – e V. Exa. ainda, à época quando Secretário do Desenvolvimento aqui do Município, e sei que teve uma atuação de apoio e de respaldo ao Procon muito importante, reconhecida, inclusive, pela atual diretora –, nós precisamos agora sair das ações individuais do Procon e buscar mais apoio constitucional, para que possamos combater essa cobrança abusiva. Não estou aqui falando do aumento abusivo que vem se repetindo e é reflexo das questões nacionais, mas sim da cobrança abusiva. Hoje vi uma entrevista muito ponderada do presidente do Sulpetro, na rádio Guaíba, pela

manhã. E ele disse que, óbvio, por presidir o Sulpetro e também por ser um dos empreendedores que revendem combustível na Cidade, não pode admitir a generalização de que todos os postos de Porto Alegre cobram preços abusivos. Então, nós decidimos e fiz um encaminhamento nesta tarde à presidente da CEDECONDH – Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, Ver.^a Comandante Nádia, para que seja realizada uma reunião ainda no mês de junho e que fossem convocados, além do Procon de Porto Alegre, o Procon do Rio Grande do Sul; Ministério Público Estadual, na Promotoria de Defesa do Consumidor e Ordem Econômica; Defensoria Pública; Polícia Civil por meio da Delegacia de Proteção aos Direitos do Consumidor; Conselho Municipal de Defesa do Consumidor; Sulpetro; Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes, que é o Sindicom; Sindicato dos Petroleiros – Sindipetro. Nós precisamos trazer para o âmbito da municipalidade este debate: se, na refinaria, o problema é do Estado, se o aumento é abusivo pelas questões relacionados ao Plano Nacional, nós temos que saber por que, no âmbito municipal, os postos adotam um precificação que atenta aos direitos do consumidor. É importante a Câmara adentrar nessa discussão. E a reunião que será marcada na semana que vem, conforme dito pela Ver.^a Comandante Nádia, tenho certeza de que vai auxiliar muito nisso, será uma reunião aberta para que a sociedade participe, para que esses órgãos possam também apresentar quais medidas, quais ações e quais atitudes estão adotando nessa direção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Senhor e senhoras, acho que este é um tema bastante complexo e importante. É surpreendente que, em quatro dias de greve dos caminhoneiros, nós estejamos neste ponto, a ponto de o Hospital de Clínicas dar a notícia de que está quase para faltar medicamentos, alimentos para prover a alimentação dos pacientes, dos funcionários – escutava essa notícia agora. Há o desabastecimento total porque as filas são enormes, são poucos postos em Porto Alegre que têm combustível, e nós estamos com ônibus apenas no horário do pico com horários normais, talvez normais. De fato, é muito grave. Parece-me muito tímida a reação do Governo Federal, num País como o nosso, com a capacidade que temos na gestão de combustíveis, com o produto que temos, com a grande capacidade que a Petrobras tem de incidir sobre isso, há uma reação muito tímida, muito frágil, seja estabelecendo mesa de negociações e diálogo, mas para incidir sobre o preço dos combustíveis no País. E há alguns elementos que nós precisamos refletir, sim. Tem um comparativo dos engenheiros técnicos de órgãos de controle que identificaram que só nos dez primeiros meses do Governo Temer, no ano passado, há aumento de 93% das importações de diesel e gasolina. Houve uma opção do País para exportar o petróleo bruto, e essa opção é praticada em função da escolha do aumento do preço de gasolina praticado pela

Petrobras. Obviamente a importação se torna mais favorável aos negócios, porque as refinarias, em especial as dos Estados Unidos, estão vendendo mais para cá. Então nós temos, só nesses dez primeiros meses, US\$ 1,5 bilhão que pagaram gasolina importada e 20% dos produtos dos Estados Unidos hoje já são gasolina e diesel. Ou seja, o Brasil se submetendo aos preços internacionais, tendo este produto bruto e deixando as suas refinarias chegarem a um quarto da sua capacidade, à ociosidade, ou seja, nós não estamos refinando. E aí, bom, nos parece uma opção que hoje se mostra desastrosa para o abastecimento do País – e a culpa não é de uma greve que pode ter inclinações pra lá ou pra cá –, mas é, sim, pela escolha política, deste Governo, de colocar o Brasil submetido à política internacional do petróleo e do diesel. Nós sabemos o que significa essa política internacional. O preço do barril do petróleo, que foi mantido a US\$ 50 por muito tempo pelos países árabes, pela Arábia Saudita, que quebrou a Venezuela em grande medida e que impactou aqui na Petrobras e no Brasil, agora já está a preço de US\$ 80 o barril. Então há um ajuste que não depende de nós. E nós precisamos trabalhar na nossa soberania, e a nossa soberania está no imenso manancial do pré-sal descoberto neste País, mas no desenvolvimento da pesquisa e da autonomia no refino, na produção própria de gasolina e de *diesel*, e isso, infelizmente, o Governo Temer está abandonando. E isso está, agora, já, se evidenciando, no desastre desse momento de desabastecimento do nosso País. Nessa mesma semana, por coincidência, e eu já falei isso da tribuna ontem, Vereadores e Vereadoras, o Presidente Temer extinguiu o Fundo Soberano, e o Fundo Soberano era exatamente um lucro formado de lucros do pré-sal neste País, um fundo que deveria ter parte direcionada à educação e à saúde; um fundo que tinha R\$ 29 bilhões, e, por uma medida provisória, foi extinto nesta semana e, claro, vai à avaliação do Congresso, mas a extinção é para o Governo poder lançar mão desse dinheiro do fundo soberano para pagar dívidas. Isso está claro, está dito pelo Governo. Então, é uma combinação nefasta para o Brasil, dramática e que retira qualquer capacidade de financiar um país soberano a partir da pesquisa e da educação. Uma combinação dramática para o nosso Brasil: o fim do Fundo Soberano, o fim da autonomia, o aumento da importação e a recusa do Brasil de beneficiar o seu petróleo, e, com isso, incidir sobre o preço da sua gasolina e do seu *diesel*. Não há futuro para o Brasil nessa lógica, está demonstrado hoje e, portanto, espero que essa luta que está nas ruas, essa greve que está na rua, esse bloqueio que está nas estradas não prejudique o povo brasileiro no seu alimento, no seu hospital, na sua capacidade de ir e vir, mas faça com que o País tome outro rumo na gestão das suas riquezas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uma situação muito difícil vive a cidade de Porto Alegre hoje, desabastecida não só de combustível, mas também começam a chegar imagens de

gôndolas de supermercados já desabastecidas, imagens que são assustadoras e preocupantes para a população que quer comprar alimentos, comprar seus produtos e que encontra falta de produtos. Esse cenário parece o dos mercados de Caracas com prateleiras vazias. Quero pontuar algumas coisas, algumas causas e efeitos. Talvez, escape a uma análise mais superficial o fato de que, por muitos anos, houve um controle de preços sobre a Petrobrás, mantendo os preços artificialmente baixos, contribuindo para o endividamento da Empresa que, depois, para enfrentar o seu endividamento, deve três anos de caixa. O fluxo de caixa que a Petrobras gera levaria três anos para pagar essa dívida por conta dessa política populista que foi implementada nos preços, durante muito tempo. Somando-se a isso, o rombo na Petrobras, cujos balanços já admitem que foi mais de R\$ 7 bilhões, mas que as estimativas mostram que as perdas da Petrobrás, em razão da corrupção dos Governos Lula e Dilma, atingiu mais de R\$ 80 bilhões. É curioso ver as pessoas criticando o capitalismo e o mercado internacional. Ora, o mercado internacional é outra história. A Petrobras vende gasolina na Bolívia, aqui do lado, por metade do preço que pratica aqui dentro. Por quê? Porque seus custos de operação, neste País, são gigantes. Não há como falar desta crise sem falar de dois aspectos. O primeiro é a carga tributária sobre o combustível que se pratica no Brasil. Só o ICMS é quase 30% do preço do litro da gasolina. Segundo aspecto, temos uma empresa monopolística. E é curioso as pessoas culparem o capitalismo, quando há uma empresa estatal monopolística que explora o petróleo no Brasil. Uma única empresa acorda num dia e decide o preço do combustível no País. Vamos subir, subiu. É assim que funciona. E as pessoas culpam o capitalismo? Ora, onde não há competição, num mercado fechado com uma empresa estatal monopolística, culpar o capitalismo? É muita falta de percepção de causa e efeito. É como culpar o capitalismo pelos juros altos no Brasil, quando há quatro bancos comerciais de larga escala operando num País de 200 milhões de habitantes. Um dos sistemas financeiros mais fechados do mundo, e as pessoas dizem: é o capitalismo neoliberal. Ora, um dos sistemas financeiros mais fechados do mundo! A mesma coisa a regulamentação das telecomunicações, uma das mais fechadas do mundo. É óbvio que o serviço das teles deixa a desejar. Querer culpar o capitalismo é simplesmente não enxergar um palmo à frente do nariz. Essa crise tem as digitais do Governo, em todas as cenas do crime há as digitais do Governo Federal, não só deste, mas do anterior e do anterior. Quem falar da crise da Petrobrás sem endereçar que é uma empresa monopolística, explorando o mercado de 200 milhões de habitantes, e que é uma empresa que foi arruinada pela administração do PT, simplesmente não entende o que está acontecendo. Esse é o efeito, a colheita. Quando eu disse aqui em outra oportunidade que o PT está colhendo o que plantou, essa é a colheita da sementeira petista.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): A sementeira petista que produziu a quebra da Petrobrás, e V. Exa. sabe disso, porque sabe que há três ou quatro tesoureiros do seu Partido, Ver.^a Sofia, que estão presos por causa disso. O seu ex-

Presidente da República, e a atual presidente do PT a caminho. Quantos tesoureiros do PT?

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): E, claro, todos os Deputados e todos os Senadores de todos os Partidos que fizeram base a este Governo criminoso do Partido dos Trabalhadores. Criminoso; que roubou a Petrobrás. E a senhora fique tranquila, pois eu fui para casa, quando prenderam o Azeredo, e abri uma cervejinha para comemorar, porque eu comemoro quando bandido vai preso, ao contrário de V. Exa. que está ainda chorando que seu bandido de estimação, Luís Inácio Lula da Silva, cumprirá pena pela corrupção que cometeu. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, evidentemente, que o momento de hoje, as filas nos postos de gasolina, a crise instalada em todos os quadrantes do País, gera, necessariamente, uma pauta especial, na qual é muito difícil de a gente se afastar. Eu, verdadeiramente, havia até me esquecido que estava inscrito em Comunicações no dia de hoje, quando fui alertado para isso. E a minha intenção inicial era centrar o meu pronunciamento regimental, fundamentalmente, no nosso cotidiano e nas nossas dificuldades. É que além de eu entender que não vale a pena a gente chorar o leite derramado, penso que bater nessa tecla de que a marolinha do Lula virou tsunami é absolutamente desnecessário nessa hora. A Nação brasileira já se acordou das dificuldades em que vive no dia de hoje, consequência do populismo extremado que se instalou no País há mais tempo e que produz os seus efeitos maléficos até o dia de hoje. Mas, Sra. Presidente, é indiscutível que a gente saliente as consequências nefandas advindas de todo esse processo. É que, antes que me corrijam, quero deixar bem claro, felizmente, o meu partido, durante todo esse período, se manteve fiel na oposição, uma circunstância extremamente positiva de que nesse desacordo que são os partidos brasileiros, que, de sul a norte, têm as mais diversas posições entre si, no nosso caso, e relativamente aos governos do Partido dos Trabalhadores, nós, desde o primeiro momento, éramos contrários, tanto que sangramos fortemente, porque os adesistas que tinham no nosso partido levaram mais da metade do partido a se somar com os governos Lula e Dilma, comandados pelo Kassab, que saiu das nossas fileiras e levou inúmeros deputados. Foi bom que isso tenha ocorrido, porque nos manteve, nesse particular, absolutamente tranquilos. Nós não poderíamos ter participado desse butim que explodiu com a Petrobras, que no Governo Fernando Henrique era uma das maiores empresas do mundo e que agora é uma empresa que tem dificuldade de tal ordem que gera problemas no País do tamanho que gerou nos dias de

hoje, porque essa tentativa da Petrobras de recuperar o atrasado, especialmente de desfazer as consequências negativas que o populismo instalou durante todo o período em que não fez as correções que precisavam ser feitas no seu custo administrativo e industrial, isso tudo agora tem esse reflexo. A tentativa de, duma hora para a outra, salvá-la esbarra agora num problema que mais uma vez vem lá de fora: subiu o petróleo; ela tem que gastar mais para importar aquilo que deixou de produzir internamente, contrariando uma situação que tinha se alcançado no período anterior, em que nós estávamos produzindo tudo ou quase tudo que consumíamos internamente, e quando não assim o fazíamos, na compensação de exportar algum tipo de petróleo não adaptado às nossas refinarias, nos compensava para fazer a aquisição de petróleo do exterior mais adequado às antigas refinarias brasileiras, que tem uma característica de adaptação a esse tipo de queima de petróleo. Por isso, Sra. Presidente, eu quero, no dia de hoje, dizer que estou muito triste, e diversamente do meu colega que esteve na tribuna há pouco, eu não costumo tomar uma cervejinha quando vejo ser preso algum dos figurões da República; eu fico triste, muito triste, porque acho que isso é muito ruim, até porque, lamentavelmente, isso contaminou o processo todo. Quando eu vejo falar do PMDB, eu nunca posso me esquecer que todos esses do PMDB que estão sendo questionados eram ministros do Governo do PT, como o próprio Temer era o Vice-Presidente da República. Por isso, Presidente, não é uma tarde boa esta nossa, só é boa pela circunstância que V. Exa. está na Casa e está presidindo os trabalhos, porque, no resto, não tem nada de agradável. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Lourdes, colegas Vereadoras e Vereadores, depois que eu ouço nobres representantes deste Parlamento falarem da conjuntura nacional, como se fosse o Congresso Nacional e como se tudo o que aconteceu depois da derrubada da Presidente Dilma, tudo o que está acontecendo fosse ainda problema do PT, eu vou me abster de responder. A vida vai resolver essa questão por várias maneiras; mas, aqui sendo Parlamento do povo da Capital, eu quero lembrar que nós temos algumas questões a serem debatidas e resolvidas.

Primeiro, falei com o Prefeito, com o Vice e com Secretários que têm a ver com o tema e perguntei o seguinte, Ver. Carús: por que o Código de Convivência ou o antigo Código de Posturas ficou na minha mesa, já que recebi o recado de que não precisava dar o parecer por enquanto porque estava sustada a sua tramitação? Um esforço desta Câmara, um esforço do Governo passado, e o Governo insiste em ter o Código de Posturas de 1970. Como perguntar não ofende, eu gostaria de perguntar aqui à base do Governo, que está ausente. Falei ao Prefeito nesta semana e fiz a devida cobrança. Segundo, mais uma vez, especialmente ao Ver. Carús, que presidiu a Comissão do Mobiliário Urbano, da qual eu tive o prazer de ser o relator. Fizemos um

relatório, discutimos com a sociedade, tomamos posição, escrevemos, redigimos, protocolizamos um projeto de lei assinado por 22 Vereadores; não sei há quanto tempo está na Procuradoria desta Casa. Por quê? E qual é a posição do Governo? Cobrei do Governo, cobrei no Bruno Vanuzzi, afinal de contas, nós trabalhamos e vamos fazer esse projeto circular e vamos continuar pressionando. Por que a Prefeitura - não é obrigação, mas se quiser ter uma postura de transparência - não veio à Câmara? E eu vou solicitar para que, de fato, se cumpra aquilo que o Presidente Valter anunciou ontem aqui: a vinda da Associação do Mercado Público, e, posteriormente, a vinda do Vanuzzi. Eu quero ter dados, informações, e por isso que eu louvo mais uma vez a postura do Presidente que está aqui agora em ter proposto esses dois eventos. Nós precisamos desses eventos. Nós queremos saber a PMI do Mercado Público central. Não nos convence até hoje a forma e o conteúdo que foi colocada essa questão. Nós precisamos fazer nesta Casa um amplo debate.

Eu ia fazer uma intervenção, anteriormente, de uma coisa *interna corporis* da Câmara Municipal, Presidente Valter, eu ia tomar o microfone, para me solidarizar com uma nota que V. Exa. postou hoje no grupo dos Vereadores. Eu não posso admitir que o maior jornal da Capital faça um artigo sobre a reforma dos nossos refeitórios, dos restaurantes, da forma irresponsável, sem base, como fez. Eu acho que mereceria, nos próximos dias, e eu proponho que V. Exa. tire uma nota da Mesa Diretora, e, se possível, de todos os Vereadores, porque não dá para aceitar esse tipo de coisa! Não é por que o Presidente Valter está agora na gestão, eu não sou do partido dele, deixo o abacaxi na mão dele. Não me peçam isso! O Presidente não me pediu solidariedade, mas, nós, que fomos atacados, muitas vezes, por esse mesmo jornal, não podemos ter postura diferente, agora que o Presidente foi atacado. A Câmara está sendo atacada. Então, quando o PT é atacado, nós respondemos; agora, quando a Câmara é atacada, eu também respondo, porque não podemos admitir essa questão.

Eu já pontuei aqui algumas questões, e vou pontuar outras tantas, porque temos que discutir o dia a dia da Cidade. Estamos no debate do IPTU, e estou conversando com vários Vereadores; tenho o prazer, Ver.^a Sofia, de ser o representante da nossa bancada na discussão do IPTU. Quero deixar claro que não tomamos nenhuma posição, não assumimos nenhum compromisso com o Sr. Prefeito Municipal, mas não esperem cretinice do PT; isso não vai acontecer. Nós temos a mesma posição histórica que sempre tivemos: vamos defender a reavaliação da planta de valores; vamos discutir, implementar; já fizemos emendas para ter um IPTU progressivo, não só naquelas alíquotas propostas, mas, inclusive, o IPTU progressivo no tempo. Minhas senhoras, meus senhores, são algumas questões que dizem respeito a Porto Alegre, que dizem respeito a esta Câmara Municipal, que dizem respeito ao nosso cotidiano, sem aqui querer elidir nenhum debate nacional, mas temos que cuidar do nosso quintal. O nosso quintal anda mal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu vou continuar o debate, que eu gostaria que fosse o bom debate, sobre esse tema da Petrobras, da greve e do desabastecimento total que estamos vivendo. E, Ver.^a Fernanda, não vou entrar, portanto, no tema do debate da corrupção, porque esse não é o debate – na minha opinião – que ajuda, e, sim, qual é a política para a Petrobras, para a soberania brasileira, com relação a combustíveis. Qual é a diferença praticada num período anterior e neste? Eu vou lhe lembrar, Presidente Valter, o que aconteceu agora com a Medida Provisória nº 795, que foi aprovada pelo Congresso no final de 2017. Essa Medida concedeu desoneração, retirada de obrigação de impostos de importação para as petrolíferas estrangeiras. Todo o País ficou estupefato, porque foram zerados os impostos de importação: Cofins - Importação, PIS-Pasep – Importação, IPI das empresas. Foi chamada de MP da Shell, e a conta que se faz é que essa medida aprovada, que concedeu essa isenção de impostos para a importação, por 25 anos, representará um pequeno abono de R\$ 1 trilhão para as importadoras estrangeiras. De quê? Importadoras de combustíveis. Então, gente, as consequências já estão se dando ali. À medida que nós favorecemos que a Petrobras não tenha condições de disputa de mercado, que ela não produza, que ela não refine, que ela não incida sobre o preço, garantindo o preço, sim, para o País se desenvolver, nós temos a consequência que aí está, a submissão ao preço estrangeiro, ao preço definido pelos Estados Unidos, pela Arábia Saudita e sua geopolítica. Essa é que a verdade. Não é um problema de corrupção aqui ou ali. Não é! Vou repetir, Ver. Valter: MP 795. Uma medida provisória que isentou as petrolíferas estrangeiras, as petrolíferas privadas, estatais estrangeiras, inclusive para competirem de forma desigual com a Petrobras. Então, nós estamos discutindo um tema que... Não sou sábia nisso, mas a evidência disso está no aumento de importação de gasolina e de diesel. Vou repetir para quem não ouviu na minha intervenção anterior: 93% de aumento de importação de diesel e gasolina de 2016 para 2017. Portanto, uma submissão à regra estabelecida de fora para dentro neste País. E, ao lado disso, nós temos a quebra de plataformas. Em todos os países do mundo, eles protegem as suas empresas e prendem os presidentes, os CEOs, das empresas. Um país que é inteligente faz isso. Aqui no Brasil as nossas empresas foram impossibilitadas de atuar, em vez de terem sido apenas punidos os seus empresários. Sim! É importante saber que nós estamos fazendo opções ruins para o Brasil. Nós estamos com uma plataforma aqui em Rio Grande que já deu 15 mil, 20 mil empregos e hoje desemprega, e é uma política equivocada de não exigência de que empresas brasileiras estejam nas cadeias produtivas das plataformas da exploração de petróleo. Isso não é bom para o País, não é bom para os empresários brasileiros! Não é bom nem para os liberais brasileiros a nossa indústria brasileira estar quebrando. E agora chega no fornecimento da gasolina, no fornecimento dos medicamentos e de mercadorias.

Então eu acho que nem tudo se explica pelo debate político que se faz aqui de quem é o mais corrupto ou menos corrupto. Eu intervim ali da minha bancada,

porque não aceito esse discurso, porque se alguém quer vir aqui, Ver. Ricardo Gomes, responsabilizar os Governos do PT e acha que o problema é a corrupção, então faça a sua mea-culpa, porque o PP está com todos os seus Deputados implicados. Então suba aqui, se acha que o problema é esse, e faça a sua mea-culpa, tanto o PMDB quanto o PP, por isso...

(Aparte antirregimental do Ver. Ricardo Gomes.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Por isso que eu não aceito esse discurso. Se o senhor nega o seu partido, eu não posso negar o meu, porque eu sou partidária. Reconheço os nossos erros, mas quero aqui fazer o debate da política, da decisão política de quem se favorece. Não foi o meu partido que deu isenção para as petrolíferas estrangeiras de trilhões, de um trilhão em 25 anos.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): É a MP do Governo Temer, Ver. Valter, é a MP do Governo Temer. Então, se a gente fizer o debate nessas bases, eu aceito as críticas; agora, se o debate é corrupção, venham os partidos todos envolvidos todos para cá e façam a mea-culpa. Mas eu acho que não é isso que está dando a quebradeira que está ocorrendo neste momento no País. Não é isso. São as opções que põem o Brasil refém da política internacional do petróleo, e aí o Brasil podendo ser o segundo grande produtor com a grande riqueza que tem. Não venham me dizer, como aqui o Ver. Pujol disse, que o problema é a grande dívida que tem hoje a Petrobras. Essa dívida, diante da riqueza que ela tem, é uma dívida bastante gerenciável. O que não dá é aceitar essa prática que realmente tira o Brasil da sua soberania energética.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDE SPRENGER (PMDB): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder e prossegue em Comunicações.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Boa tarde, Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e também pela TVCâmara. Neste espaço de liderança do PTB, em nome dos Vereadores Dr. Goulart, Paulo Brum, Elizandro Sabino, vou, Ver.^a Sofia, tratar um pouco dos projetos que chegaram aqui do Executivo. Na última terça-feira, dia 22, tive a honra, juntamente com a Ver.^a Sofia, com o Ver. Ricardo Gomes e com o Ver. Mauro Zacher, de participar de um debate no programa Esfera Pública, um longo debate, bastante produtivo para mim, em alto nível, em que começamos a esmiuçar o conjunto de projetos que aportaram na Câmara Municipal, dos quais, uma parte ajusta as receitas, outra parte trabalha no equilíbrio das despesas. O Ver. Cassiá Carpes, mesmo não

fazendo parte da Comissão, participou, na semana passada, da reunião da Comissão Especial sobre o Planta Genérica de Valores do IPTU.

Hoje pela manhã tivemos a terceira reunião desta Comissão Especial, composta por 12 Vereadores, tendo como Presidente o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. André Carús como Vice-Presidente, o Ver. João Carlos Nedel como Relator. Sou membro da Comissão; hoje pela manhã estavam os Vereadores Adeli Sell, Felipe Camozzato, Moisés Barboza - Líder do Governo, Reginaldo Pujol, Mauro Zacher, trabalhando lá, juntamente com a Secretaria da Fazenda, nesta terceira reunião. Tivemos a reunião de instalação; na semana passada, foi a primeira reunião com a Secretaria da Fazenda; nesta manhã, a segunda reunião também com a Secretaria da Fazenda. Antes de entrar no que assunto que tratamos, nesta manhã, com a Secretaria da Fazenda, queria dizer que a nossa Comissão Especial, hoje, pela manhã, também aprovou um conjunto de quatro reuniões regionais, Ver. Prof. Alex Fraga, para termos a participação da comunidade junto com a Comissão Especial. E a primeira reunião vai ser no dia 28, na próxima segunda-feira, vai ser realizada aqui, na Câmara Municipal, porque nós, hoje, pela manhã, assim definimos. A reunião será lá na sala 301, que é uma sala ampla, podendo comportar até 100 pessoas. Nós vamos convidar as comunidades do Centro Histórico, do Humaitá, das Ilhas, da Glória, do Cruzeiro e do Cristal. Essas são as regiões do Orçamento Participativo que serão convidados, mas logicamente não apenas as pessoas que participam do Orçamento Participativo, também dos conselhos do Plano Diretor, das regiões de planejamento do Plano Diretor, dos demais conselhos municipais, das associações comunitárias e a comunidade em geral dessas regiões que compõem diversos bairros.

No dia 04 de junho teremos a segunda reunião regional que será com as regiões Restinga, Extremo-Sul, Sul e Centro-Sul. No dia 11 será a terceira reunião regional com as regiões Partenon, Lomba e Leste. Nos dia 18 será a quarta reunião regional, com as regiões Nordeste, Eixo Norte, Noroeste. E acabamos aqui de ter a notícia do Presidente Valter que a audiência pública para finalizar esse trabalho será realizado aqui no Plenário Otávio Rocha, no dia 20 de junho, numa quarta-feira, após a nossa Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores.

É importante também divulgarmos que o Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Relações Institucionais, conjuntamente com a Secretaria da Fazenda, acertou com o Conselho do Orçamento Participativo um calendário de oito reuniões regionais que se iniciam nesta noite, Ver.^a Lourdes Sprenger, lá no bairro Restinga, e vai ter como convidados a região Restinga e a região Extremo-Sul, e aí passa até o dia 14 de junho, quando será a última reunião, por oito reuniões, conjugando as 17 regiões do Orçamento Participativo para também debater nas comunidades os projetos que aqui estão tramitando na Câmara Municipal de Vereadores.

E, hoje, pela manhã, então, na segunda reunião com a Secretaria Municipal da Fazenda, nós adentramos na questão da metodologia para a definição do valor venal de cada imóvel. Eu, particularmente, estou convencido de que nós precisamos de uma reavaliação do valor venal, da planta genérica de valores de Porto Alegre. Isso, por diversos motivos, por, há 27 anos, não termos essa reavaliação, por ser uma

obrigatoriedade legal que, a cada quatro anos, se faça essa reavaliação. E, também, olhando o histórico das demais capitais, se verifica que algumas capitais fizeram mais de dez reavaliações nesses últimos 30 anos, a partir da Constituição de 1988. Cidades como Curitiba, São Paulo, Salvador, Brasília, Fortaleza, fizeram de três a dez reavaliações, mantendo sempre a sua planta genérica devidamente atualizada. Não é uma matéria simples, quanto mais se aprofunda o tema, em especial com a Secretaria Municipal da Fazenda, mais se verifica que é importante o debate para que a maior parcela da população possa entender como se faz a formação desse imposto. Imposto ninguém gosta de pagar; na verdade, se fizermos um plebiscito ou uma consulta pública, ninguém gostaria de pagar nenhum imposto. E pagamos imposto demais inclusive. E o tema que foi largamente debatido aqui anteriormente, que é o preço dos combustíveis, boa parcela dessa situação que estamos enfrentando é por causa da alta tributação que se tem nos valores dos combustíveis. Mas, voltando ao IPTU, o Imposto Predial e Territorial Urbano, ele tem lá, como fato gerador deste tributo, o valor venal de cada imóvel, que não é nada mais, nada menos, do que o valor de mercado correspondente a cada um dos imóveis. Só que aí, dizendo assim, parece simples. Quando se vai para as informações, nós temos 162 mil lotes fiscais. Ou seja, terrenos na cidade de Porto Alegre. Esses 162 mil lotes fiscais geram 767 mil inscrições, as quais, pelo seu valor venal, seu valor de mercado, são o fato gerador do IPTU; na composição do IPTU, nós temos faces de quarteirão ativas, para valor de metro quadrado de terreno, 23.639 mil, que entram lá no cálculo da composição genérica, e 53 tipos construtivos. E aí começa a complexidade.

Esse valor venal, que é o valor de mercado, como não se tem como ter individualmente o valor de mercado de cada uma das 767 mil matrículas, é uma composição, é um programa que é utilizado na maioria das capitais. E é o que nós estamos tentando compreender, Ver. Ricardo, porque é uma porção de variáveis que tem cada uma delas uma ponderação diferente dentro da composição, que acabam gerando, ao final, esse valor. O certo é que o valor venal do imóvel resultará dos seguintes elementos: na avaliação do terreno, o preço do metro quadrado referente a cada face de quarteirão, que são 23 mil, a área do terreno e suas características peculiares. Isso, na lei atual e no projeto de lei, é um anexo inteiro, que é muito maior do que a lei. O segundo item que define o valor venal, tem mais a avaliação da construção, é o preço do metro quadrado de cada tipo de construção de idade e área, mas eu aprofundo em um outro momento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Saúdo a Sra. Presidente, os Srs. Vereadores, as Sras. Vereadoras. Não temos como fugir do tema da falta da gasolina, mas quero me deter mais nos impostos, algo que também foi comentado pelos colegas.

É impressionante o que o brasileiro paga de impostos, mas, nessa hora, nós revitalizamos, nós relembramos, fazemos retrospectiva, o cidadão cobra bastante. Eu vou mostrar detalhes que são importantes de cobrarmos sempre. Quero começar pelos impostos. Em dois mandatos de Deputado nunca votei em aumento de impostos. Este é meu terceiro mandato de Vereador e nunca votei em aumento de impostos, embora alguns, Vereador, querem mostrar que IPTU não importa, mas está dito: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.; naturalmente, é importante dizer isso.

Quero lembrar aqui que nós vamos ter eleição – não sou candidato a nada, mas vou votar, não deixo de votar, eu voto em candidatos que conheço. Fui buscar o projeto que trouxe o aumento do ICMS pela última vez na Assembleia, em 2016, ver quais os Deputados que votaram a favor. Sabem como foi a votação? Foram 16 votos a 15. E o Deputado que desempatou já foi cassado. Sobre o Deputado que decidiu a eleição, já naquela oportunidade, falaram que o tinham buscado para votar. Ou seja, foi sinistra a votação que aumentou o imposto do ICMS, imposto do Estado, que cobra 30% da gasolina, que subiu de 25% para 30%, teve uma votação sinistra na Assembleia. Outro Deputado que conheço lutou a vida inteira por uma Frente para proibir aumento de impostos, chegou a hora da votação, e como ele votou? A favor do aumento do imposto de 25% para 30%! Então, esses aspectos denigrem a imagem do político, a falta de coerência.

Portanto, antes desta eleição, vão lá na Assembleia e procurem a votação dos Deputados: como votaram o aumento de impostos, para que vocês saibam como vão votar, fazer reunião com os candidatos a governador, saber se eles vão aumentar impostos ou não, embora muitos digam que não vão, mas acabam aumentando. Isso aconteceu aqui no Município, está acontecendo aqui no Município. É importante visualizar quem é o candidato, o que ele quer, a campanha está logo aí. Se eu colocar qualquer assunto que não seja imposto no meu facebook, as pessoas olham mais do que quando eu digo para cuidarem que no ano que vem pode aparecer um imposto de IPTU com mais 30% ou 40%. Ninguém dá bola. Lamentavelmente eu digo isso. Mas quando chegar esse carnê, lá em janeiro, vão dizer que os vereadores votaram contra o povo. Portanto, eu estou suscitando que, nesta eleição, agora em outubro, olhem quem votou aumento do ICMS na Assembleia, olhem se seu candidato está naquela listagem, olhem se o candidato a governador vai aumentar impostos, se ele garante que vai aumentar, se vai reduzir ou vai deixar na mesma. Inclusive esse imposto de 25% para 30% vence agora no final do ano. É só nesse Governo. Isso é importante, isso se chama transparência. O eleitor tem que cuidar. Eu vou votar, mas não naquela relação que votou em aumento de imposto, porque esses vão acabar votando de novo, na próxima vez, contra o povo. Isso penaliza o cidadão, penaliza o empresário também, penaliza todos. O único que sai ganhando é o Governo, e assim mesmo faz má gestão, aproveita muito mal o dinheiro, não resolve a questão do Estado. Então é importante nós termos a noção dos impostos. Nesta hora que a gasolina está fazendo falta, a gente se dá conta dos impostos. Uma caneta tem mais de 30% de impostos neste País, material educacional tem uma média de mais 30%. O trigo, o nosso pão de cada dia, que nós importamos da Argentina, da Europa, da Rússia, tem 34% de imposto! Este é o País que

nós vivemos, mas nós só nos damos conta quando acontece uma crise dessa natureza, aí nós vamos ver os impostos. O cidadão tem que acompanhar o político e o que acontece no País. O nosso Presidente da República atual, o Temer, consegue ter a rejeição de todos os lados. Eu nunca vi isso. Nem aqueles que o elegeram – que é o PT, que estava junto – o querem , nem a direita, nem o centro; ninguém quer! É inédito isso no País. É uma dicotomia impressionante: um Presidente que tem a rejeição de quase toda a Nação, de todas as correntes políticas, partidárias, ideológicas, religiosas. Tudo! Este é o País em que vivemos. Cuidado para que o Brasil não vire uma Venezuela! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): Encerrado o período de Comunicações.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h23min.)

* * * * *